

O RETORNO DO PENDULO: CAPITAL SOCIAL NO DEBATE LIBERDADE X SEGURANÇA NO BRASIL

RAQUEL PERES MACÉDO¹; DANIELLY JARDIM MILANO²; KÁTIA DOS SANTOS PEREIRA³; PATRÍCIA RODRIGUES CHAVES DA CUNHA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas - raquelmacp@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas - daniellymilano@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - katiacaqui@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - pattyycunha@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As análises em Ciência Política necessitam cada vez mais de abordagens multi-metodológicas para propor interpretações à realidade social na medida em que o reconhecimento de pluralidades que ordenam e dão sentido aos processos políticos aumentam. Assim, compreendida como um estudo sobre “as disposições psicológicas dos indivíduos sobre o sistema político e sobre o papel do cidadão no sistema” (ALMOND; VERBA, 1963), a *Cultura Política* sob o prisma de Robert Putnam (1996) alia-se aos esforços (neo)institucionalistas de avaliação da eficácia das democracias. Nesse sentido, o conceito de Capital Social desponta como categoria analítica importante para sustentar que a cultura incide sobre as estruturas – sociais, econômicas, políticas – e seu desenvolvimento, assim como no desempenho institucional.

O conceito de capital social não é homogêneo. Constituído de variáveis que atentem sobre ações individuais e coletivas, sejam formais ou informais, as relações de reciprocidade às demandas dos atores – estejam eles em papéis de receptores ou doadores - é central, uma vez que são elas que se correlacionam com as instituições. É a partir do acúmulo de capital social por meio de elementos como confiança interpessoal; relações sociais mediadas pela família, comunidade, etc.; grau de associativismo e a presença de uma comunidade cívica, que as variáveis históricas e culturais podem expor o nível de coesão social e de participação em sociedades democráticas.

Segundo José Álvaro Moisés (2008), a desconfiança das/dos brasileiras/os em relação às instituições políticas e ao que se convencionou como prática política na democracia representativa, está assentada sob a não correspondência entre as demandas da população e a ação dos representantes públicos.

Nesse sentido, essa crise de comportamento anti-ético e moral culmina em um acúmulo de *capital social negativo*.

Ao apontar a corrupção como elemento causal do capital social negativo, Baquero (2015) o define da seguinte maneira:

From an ethical point of view, political elites create their own ethics code based on their ideology that promotes “loyalty” and “solidarity” among them, in other words, negative social capital. This type of social capital undermines the prospects of the institutionalization of a substantive

democracy at the same speed that formal democratic advances have experienced¹.

Sua manifestação ocorre, portanto, em situações que evidenciam privilégios, como práticas que gerem desconfiança interpessoal e comunitárias. Corrupção, clientelismo, nepotismo, abismos entre as elites e os cidadãos e em "pactos de silêncio" para a preservação desse sistema.

Considerando, então, os estudos de Putnam a partir da variável de confiança interpessoal constitutiva do conceito de capital social, e nas conclusões de Moisés e Baquero, é possível afirmar que, no Brasil, o déficit de coesão social incide na discussão entre liberdade x segurança a respeito da violência no país?

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para esse trabalho foi quantitativa por meio de estatística descritiva. Os dados foram obtidos a partir da pesquisa de opinião pública de 2018 realizada pela Latinobarómetro Corporation e os resultados da sétima onda (2017-2020) de pesquisas desenvolvidas pelo projeto World Value Survey.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 – Confiança Interpessoal: "De modo geral, você diria que as pessoas são confiáveis ou que nunca se é cuidadoso o suficiente para lidar com outras pessoas?"

	Nº de casos	(%)
Nunca se é cuidadoso o suficiente para lidar com outras pessoas	1.142	94,9%
Pode-se confiar na maioria das pessoas	49	4,1%
Não sabe/ Não respondeu	13	1,1%
(N)	(1204)	100%

Fonte: Latinobarómetro 2018 (Brasil)

No Brasil, conforme o Quadro 1, a confiança interpessoal é extremamente baixa. Esse dado expõe uma fragilidade, a partir do pré-requisito descrito por Putnam (1996), de acúmulo de capital social no Brasil. José Álvaro Moises (2011) aponta a confiança, entendida na internalização dos conteúdos normativos, como um processo de naturalização das instituições e dos princípios básicos da democracia. Nesse sentido, é necessário que haja por parte dos atores - políticos e civis - a agregação das demandas racionais, avaliativas e simbólicas da sociedade, como é o caso do combate à violência.

Quadro 2 – Liberdade e Segurança: "Qual o mais importante?".

¹ Em tradução livre: "Do ponto de vista ético, as elites políticas criam seu próprio código de ética com base em sua ideologia que promove a 'lealdade' e a 'solidariedade' entre elas, ou seja, o capital social negativo. Este tipo de capital social mina as perspectivas de institucionalização de uma democracia substantiva na mesma velocidade que os avanços democráticos formais têm sido experenciados".

	Nº de casos	(%)
Segurança	1267	71,9%
Liberdade	430	24,4%
Não sabe/ Não respondeu	65	3,7%
(N)	(1.762)	100%

Fonte: World Values Survey Wave 7: 2017-2020 (Brasil)

Quadro 3 - Segurança e Criminalidade: "Não há problema em instalar câmeras, drones e sensores em espaços públicos para ajudar a prevenir crimes".

	Nº de casos	(%)
Concordo muito	956	79,4%
Concordo	170	14,1%
Discordo	25	2,1%
Discordo muito	33	2,7%
Não sabe/ Não respondeu	20	1,7%
(N)	(1.204)	100%

Fonte: Latinobarômetro 2018 (Brasil)

A violência no Brasil deixou de ser debate exclusivo da esfera privada e governamental e é, diariamente, pautada publicamente. Apesar da polissemia em torno do conceito, a realidade apresenta-o gravitando “em torno do universo de valores que constitui o ‘sagrado’ para determinado grupo social”. (ADORNO, 2011, p. 556 apud BOTELHO; SCHWARCZ, 2011).

Autores como Slavoj Zizek (2014), convergem com a noção de Adorno sobre a existência de categorias como violência simbólica, violência objetiva/subjetiva e, no caso do filósofo esloveno, violência sistêmica. Enquanto os conflitos violentos no campo das relações interpessoais e intersubjetivas são naturalizadas e rejeitam a tipificação (violência subjetiva); o olhar e a opinião pública sobre a violência codificada, isto é, o crime, é fervorosamente denunciado e repudiado (violência objetiva). O mesmo não acontece com a violência sistêmica e a violência simbólica. Elas não passam pelo processo de atuação no campo privado e a sua rejeição ou inexistência são debatidas, muitas vezes, no campo das opiniões e admitidas somente como “oposições políticas”, uma vez que estão ligadas a questões coletivas. São exemplos de violência sistêmica e simbólica, respectivamente, a exploração e destruição dos recursos naturais em nome do “progresso” e a interferência religiosa em políticas públicas. Mesmo que não considere estas como agressões, conforme o Quadro 2 e o Quadro 3 apresentam, a/o cidadã/o brasileira/o mostra-se constantemente apta/o a abrir mão de sua liberdade em troca de segurança.

4. CONCLUSÕES

Em seu diálogo com as teorias de Freud, Zygmunt Bauman vê sentido à análise da civilização como um negócio, proposta pelo psicanalista: “para conseguir algo dela, os seres humanos têm de renunciar de outra coisa”. É na sua proposta de

que o progresso não mais constitui uma linha reta, mas um pêndulo, que o sociólogo ajuda-nos a compreender esse fenômeno.

Segundo Bauman

Agora, porém, multiplicam-se os indícios de que cada vez mais gente cederia de bom grado parte de sua liberdade em troca de emancipar-se do aterrador espectro da insegurança existencial. Estamos diante de um retorno do pêndulo? (BAUMAN, 2017. p. 19)

Somando-se ao “retorno do pêndulo”, a noção de inércia cívica, proposta por Baquero e Prá (2007), marcada pela instabilidade política, o aumento dos conflitos e a baixa confiança nas instituições políticas, elucida o enfraquecimento de valores republicanos no Brasil e contribuem para a existência de condutas autoritárias em uma democracia fragilizada, uma vez que a frustração em relação à política gera argumentos em defesa da retomada autoritária do poder no país.

O resultado de todos os desafios convergem para o que Baquero (2018) chama de *Democracia Inercial*: um modelo democrático atuante com elevado déficit no desenvolvimento paralelo dos valores políticos e das instituições.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio. Violência e Crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). AGENDA BRASILEIRA: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966 [1963].

BAQUERO, Marcello. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. Revista Debates, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 139-157, mai.-ago. 2015.

BAQUERO, Marcello. Democracia Inercial. 1^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BAUMAN, Zygmunt; DESSAL, Gustavo. O retorno do pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido. Trad. Joana Angélica D'Avila Melo. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

USP, Canal. Modernização, Cultura Política e Instituições. 2011. (36min59s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=934XM70kHWs>> Acesso em: 29/09/2020.

ŽIŽEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.